

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
02 SET 2008
Protocolo 406/08
Processo 383/08

Redevidido. Autue-se  
e inclua em pauta.  
Em 22/09/2008

Secretário

PROJETO DE LEI

Nº 364/08



AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB

*Institui o Estatuto da Juventude no âmbito  
do Estado de Rondônia e dá outras  
providências.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

**TÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta lei institui o Estatuto da Juventude, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069, de 12 de julho de 1990 e dos demais diplomas legais pertinentes.



Art. 2º. Considera-se jovem para os efeitos desta lei as pessoas com idade entre os 15 e os 29 anos.

Parágrafo único Os jovens são atores sociais estratégicos para a transformação e melhoria do Estado de Rondônia juntamente com as suas organizações de caráter político, estudantil, cultural, religioso e desportivo.

Art. 3º. A sociedade participará, em colaboração com o Poder Público, da formulação das políticas públicas e dos programas destinados aos jovens, assegurada sua representação em órgãos governamentais destinados a estes fins, cabendo-lhe:

- I – encaminhar aos poderes constituídos propostas de ações de defesa e promoção dos seus direitos;
- II – acompanhar e avaliar as ações governamentais e não governamentais dirigidas ao atendimento e melhoria das condições de vida dos jovens;
- III – participar da proposta orçamentária destinada à elaboração e execução de Planos e Programas Estaduais Estadual voltados à juventude rondoniense;
- IV – fiscalizar o cumprimento das prioridades estabelecidas no Plano;
- V – manifestar-se sobre a conveniência e oportunidade da implementação de ações governamentais visando os jovens.



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº _____
			
AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB			
<p style="text-align: center;"><b>TÍTULO II</b> <b>DOS DIREITOS E DEVERES DOS JOVENS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO I</b> <b>DO DIREITO A UMA VIDA DIGNA</b></p> <p>Art. 4º. Todos os jovens, como membros da sociedade e moradores do Estado de Rondônia, têm o direito de ascender e desfrutar dos serviços e benefícios sócio-econômicos, políticos, culturais, informativos, de desenvolvimento e convivência que lhes permitam construir uma vida digna.</p> <p>Art. 5º Os Poderes Públicos envidarão esforços para criar, promover e apoiar iniciativas para que os jovens do Estado de Rondônia tenham as oportunidades e possibilidades para construir uma vida digna.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO II</b> <b>DO DIREITO AO TRABALHO</b></p> <p>Art. 6º. Todos os jovens têm direito ao trabalho digno e bem remunerado, uma vez que o trabalho dignifica o ser humano e possibilita o desenvolvimento pessoal, econômico e social.</p> <p>Art. 7º. O Governo Estadual deve envidar esforços para promover a qualificação profissional e o emprego de todos os jovens do Estado, com adoção de políticas públicas específicas que contemplem a juventude rondoniense</p> <p>Art. 8º. Plano e/ou Programa a ser implementado pelo Governo Estadual, deverá contemplar um sistema de emprego, bolsa de trabalho e qualificação profissional com os recursos financeiros para projetos produtivos, convênios e incentivos fiscais permitindo a participação de empresas do setor público e privado.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO III</b> <b>DO DIREITO À EDUCAÇÃO</b></p> <div style="text-align: right;"></div>			



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
**RONDONIA**  
A Casa do Povo

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº \_\_\_\_\_



AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB

Art. 9º. Todos os jovens têm direito a ingressar no sistema educacional de acordo com os princípios constitucionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 10. Todos os jovens têm o direito de acessar gratuitamente a rede mundial de computadores.

Art. 11. Sendo a educação um dos meios mais importantes para o desenvolvimento individual e social, o Governo Estadual além de cumprir as determinações constitucionais quanto à destinação de recursos financeiros deve impulsionar e apoiar, por todos os meios ao seu alcance, a ampliação do sistema educacional, bem como envidar esforços no sentido de que no âmbito territorial sejam contempladas instituições de educação pública média e superior para atender à demanda existente.

Art. 12. Plano e/ou Programa voltado à juventude deve contemplar um sistema de bolsas de incentivo à iniciação científica e artística, de moradia, de alimentação, de estudo, estímulos e intercâmbios acadêmicos nacionais e internacionais que promovam o pleno desenvolvimento educacional dos jovens, especialmente dos mais pobres.

Parágrafo único. O Plano e/ou Programa que trata o *caput* deste artigo, contemplará a promoção e preparação dos jovens afro-descendentes para o ingresso às universidades públicas, através de fundos especiais e cursos pré-vestibulares.


Art. 13. Nos programas e currículos escolares deve-se dar especial ênfase à informação e prevenção quanto aos problemas que atingem os jovens, como por exemplo, drogadição, alcoolismo, tabagismo, Doenças Sexualmente Transmissíveis (D.S.T), degradação ambiental e violência urbana.

Art. 14. O Plano e/ou Programa a ser implantado pelo Governo Estadual, deve contemplar um sistema de creches para mães estudantes com o fim de evitar a evasão escolar e possibilitar-lhes o auto-sustento.


CAPÍTULO IV  
DO DIREITO À SAÚDE


Art. 15. Todos os jovens têm direito ao acesso, e a recursos de promoção proteção e ao tratamento




PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº _____
			
AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB			
<p>de saúde, considerando que esta é compreendida no estado de bem-estar físico, mental, espiritual e social.</p> <p>Art. 16. O Plano e/ou Programa a que se refere esta Lei, deve incluir políticas e ações que permitam gerar e divulgar informação referente a temas de saúde pública e comunitária, como doenças sexualmente transmissíveis, nutrição e dependência química.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V</b> <b>DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS</b></p> <p>Art. 17. Todos os jovens têm o direito de desfrutar e exercer plenamente a sua sexualidade e a decidir de maneira consciente e plenamente informada, o momento e o número de filhos que desejem ter.</p> <p>Art. 18. Fica assegurado o acesso dos jovens aos serviços de atendimento e informação relacionados com o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos e especialmente à geração e divulgação de informação referente à saúde reprodutiva, exercício responsável da sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis (DST), educação sexual, gravidez em adolescentes, maternidade e paternidade responsável, entre outros princípios.</p> <p>Art. 19. O Plano e/ou Programa deve incluir diretrizes e ações que respeitem o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I - exercício responsável da sexualidade;</li><li>II - maternidade e paternidade responsável;</li><li>III - erradicação de todo tipo de violência contra a mulher;</li><li>IV - erradicação da exploração sexual dos jovens.</li></ul> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO VI</b> <b>DO DIREITO À CULTURA</b></p> <p>Art. 20. Todos os jovens têm direito ao acesso a espaços culturais e a expressar as suas manifestações culturais de acordo com os seus próprios interesses e expectativas.</p>			



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº _____
			
AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB			
<p>Art. 21. O Poder Público deverá mobilizar todos os meios ao seu alcance para promover e valorizar as expressões culturais dos jovens do Estado e o intercâmbio cultural em nível nacional e internacional.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO VII</b> <b>DO DIREITO À RECREAÇÃO</b></p> <p>Art. 22. Todos os jovens têm o direito a praticar qualquer esporte de acordo com o seu gosto e habilidades.</p> <p>Art. 23. O Poder Público deverá promover e garantir por todos os meios ao seu alcance a prática do esporte pelos jovens, de forma amadora ou profissional, criando e mantendo espaços específicos para as diversas modalidades esportivas.</p> <p>Art. 24. O Plano e/ou Programa deverá incluir políticas e ações, objetivando o acesso dos jovens à prática desportiva e deverá incluir um sistema de promoção e apoio às iniciativas desportivas dos jovens.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO VIII</b> <b>DO DIREITO À INTEGRAÇÃO E À REINserÇÃO SOCIAL</b></p> <p>Art. 25. Todos os jovens, em situação especial desde o ponto de vista da pobreza, exclusão social, indigência, deficiência física, privação de moradia, privação da liberdade, etc., têm o direito de reinserir-se e integrar-se plenamente à sociedade, e ser sujeitos de direitos e oportunidades que lhes permitam ascender a serviços e benefícios sociais que melhorem sua qualidade de vida.</p> <p>Art. 26. O Poder Público deverá determinar os recursos financeiros para garantir este direito nas peças orçamentárias em caráter prioritário.</p> <p>Art. 27. O Plano deverá conter ações afirmativas para os setores jovens desfavorecidos.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO IX</b></p>			

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº _____
			
AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB			
DO DIREITO À PLENA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA			
<p>Art. 28. Todos os jovens têm direito à plena participação social e política.</p> <p>Art. 29. O Plano e/ou Programa deverá ser elaborado desde uma perspectiva participativa e, para a definição e execução das políticas, ações e projetos deverão ser consideradas as verdadeiras aspirações, interesses e prioridades dos jovens.</p> <p>Art. 30. Todos os jovens têm o direito de constituir organizações autônomas, objetivando alcançar as suas demandas, aspirações e projetos coletivos, contando com o apoio e o reconhecimento do Poder Público, de ONG's, OCIP's e de outros setores sociais.</p> <p>Art. 31. O Poder Público deverá apoiar o fortalecimento das organizações de jovens autônomas, democráticas e comprometidas socialmente, para que os jovens no Estado de Rondônia possam exercer plenamente a sua cidadania e tenham as oportunidades e possibilidades para construir uma vida digna.</p>			
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO X</b>  <b>DO DIREITO À INFORMAÇÃO</b></p> <p>Art. 32. Todos os jovens têm direito a receber, analisar, sistematizar e difundir informação objetiva e oportuna que lhes seja importante para os seus projetos de vida, seus interesses difusos e coletivos e para o bem comum do Estado.</p> <p>Art. 33. O acesso gratuito à rede mundial de computadores é direito subjetivo dos jovens do Estado de Rondônia.</p> <p>Art. 34. O Poder Público envidará os esforços necessários tendentes a criar, promover e apoiar um sistema de informatização que permita aos jovens, obter, processar, intercambiar e difundir informações de seu interesse.</p>			
<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO XI</b>  <b>DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO</b></p>			




PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº _____ 
<b>AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB</b>			
<p>Art. 35. Todos os jovens têm direito a desfrutar de um meio ambiente natural ecologicamente equilibrado e socialmente sadio que propicie o desenvolvimento integral da juventude.</p> <p>Art. 36. O Plano e/ou Programa determinará os recursos, políticas e ações que permitam aos jovens o pleno exercício desse direito.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO XII</b> <b>DO DIREITO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL VOLUNTÁRIO</b></p> <p>Art. 37. Todos os jovens têm direito à prestação de serviço social voluntário como preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania.</p> <p>§1º O Poder Público envidará os esforços necessários para que o serviço civil voluntário seja equivalente ao serviço militar obrigatório para todos os efeitos legais.</p> <p>§2º O Plano e/ou Programa definirá as modalidades e regulamentará a execução do serviço social voluntário.</p> <p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO XIII</b> <b>DOS DEVERES DOS JOVENS</b></p> <p>Art. 38. Todo jovem tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.</p> <p>Art. 39. Todo jovem tem o dever de respeitar e fazer cumprir a Constituição e as Leis, desenvolvendo os seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I - defesa da paz;</li><li>II - pluralismo político e religioso;</li><li>III - dignidade da pessoa humana;</li><li>IV - tolerância às diversidades.</li></ul> <p>Art. 40. Todo jovem tem o dever de respeitar e promover os direitos dos demais grupos e segmentos da sociedade rondoniense e trabalhar pelos seguintes objetivos:</p>			



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES			
PROTÓCOLO		PROJETO DE LEI	Nº
AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB			
<p>I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;</p> <p>II - erradicar a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais;</p> <p>III - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação;</p> <p>IV - desenvolvimento integral da pessoa humana, físico, mental e espiritual;</p> <p>Art. 41. Todo jovem tem o dever moral de prestar serviço social voluntário entendido como ação cidadã de prestação de serviços à comunidade.</p> <p>Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Plano e/ou Programa permanentes destinados especificamente a dar efetividade ao disposto nesta Lei.</p> <p>Art. 43. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento ou suplementadas.</p> <p>Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Ilustres Parlamentares,</p> <p>O presente Projeto de Lei tem o objetivo de garantir e dar efetividade aos direitos e garantias fundamentais como saúde, trabalho, educação e lazer aos jovens de 18 a 29 anos.</p> <p>O Estatuto da Juventude foi inspirado em experiências europeias e em documentos internacionais, como a Declaração de Lisboa e o Plano de Ação de Praga, de 1998, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).</p>			





PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES		
PROTOCOLO	PROJETO DE LEI	Nº
AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB		
<p>A diferença entre este Projeto e o ECA, além da idade, é tirar o jovem da condição de mero receptor de direitos e deveres para transformá-lo em protagonista da sociedade, adotando, portanto, uma postura pró-ativa.</p> <p>Espera-se, portanto, o reconhecimento, pelos prezados colegas, da verdadeira dimensão, alcance e importância deste Projeto para a juventude rondoniense, que definitivamente transformará os rumos dos futuros governantes do nosso estado e daqui do nosso País, razão pela qual, necessitam de políticas públicas que venham contemplar seus anseios.</p> <p>Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante matéria.</p> <p>Plenário das Deliberações, 02 de setembro de 2008.</p> <p> <b>Deputado WILBER COIMBRA - PSB</b> Autor</p> <p><i>Nota: A presente proposição consubstancia-se em inspiração e consequente adaptação da Lei Estadual n. 8.819/2008, aprovada pela augusta Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso.</i></p>		